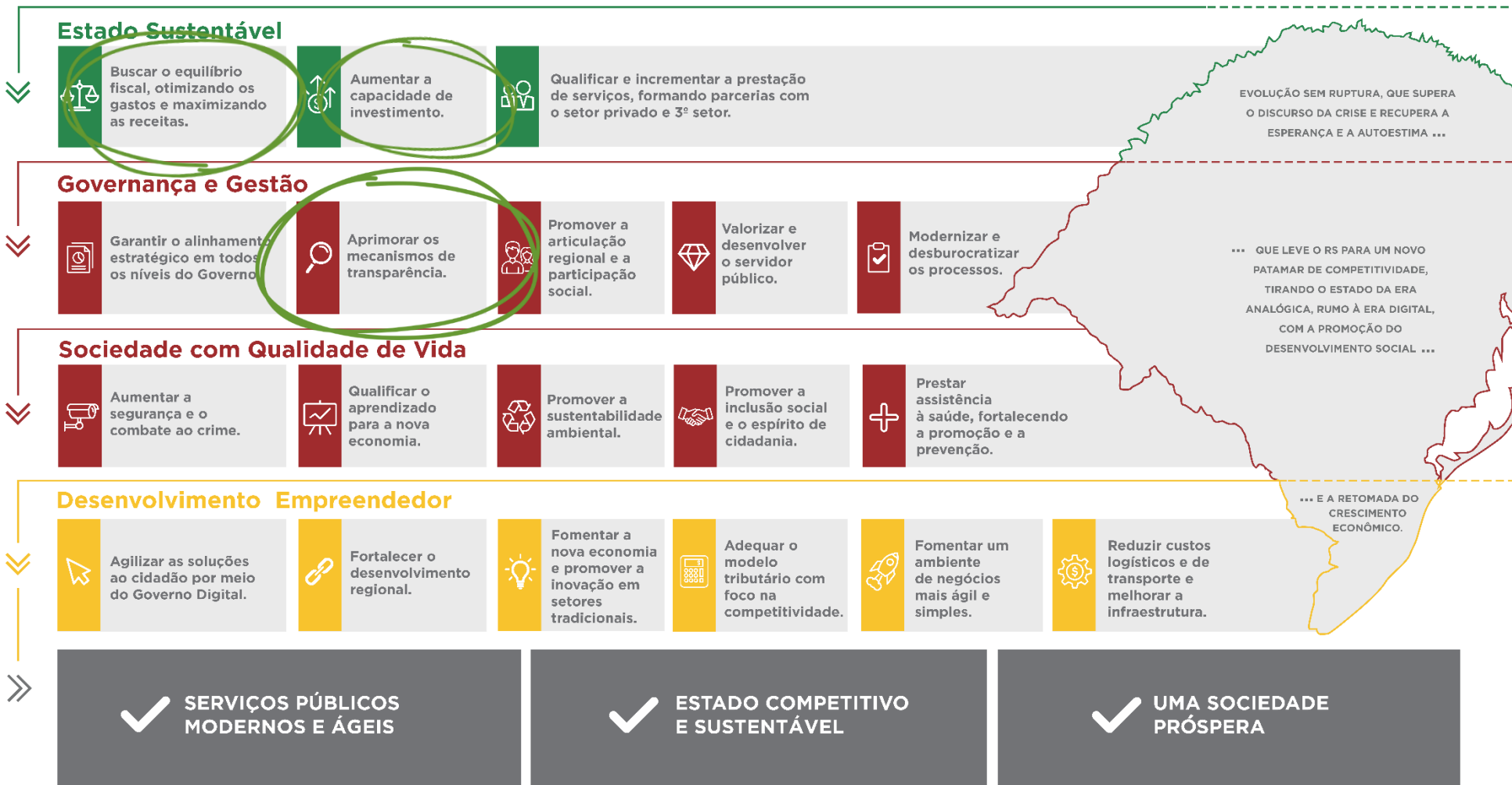




# RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

// DATA BASE: DEZEMBRO DE 2021 // EDIÇÃO 7

# Mapa Estratégico do Governo



# Apresentação

## O que é o RTF?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.

## Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

## Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- Valores nominais, exceto quando expressamente qualificado

# Critérios de depuração dos dados

## Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios
- Receitas e despesas intra-orçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)

## Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.


## Valores:

- Excluídas receitas intra-orçamentárias: R\$ 16,6 bilhões (2021) e R\$ 16,9 bilhões (2020)
- Excluídas despesas intra-orçamentárias: R\$ 16,3 bilhões (2021) e R\$ 16,7 bilhões (2020)

# Destques 2021

- **Superávit orçamentário** de R\$ 2,5 bilhões (2021) vs *déficit* de R\$ 597 milhões (2020), **primeiro desde 2009**
- **Superávit primário** de R\$ 4,7 bilhões (2021) vs *superávit* de R\$ 2,9 bi (2020)
- **Receita Tributária Líquida** cresceu 20,4% (excluindo capitalização CEEE-D)
- **Despesas de Pessoal sob rígido controle: +2,1% nominais** vs 2020, muito abaixo da inflação
- Redução do **déficit previdenciário** em R\$ 875 milhões vs 2020 e R\$ 3,0 bilhões vs 2019
- Crescimento de 11,7% (+ R\$ 859 mi) nas **Despesas com Saúde**: priorização no enfrentamento da pandemia e regularização de dívidas históricas com os Municípios (R\$ 432 mi)
- **Investimento** de R\$ 2,3 bi (+166% sobre 2020), sendo 83% com recursos próprios
- **Indicador de dívida LRF abaixo de 200% pela primeira vez**
- **Indicador de pessoal LRF Consolidado (STN) 17 pontos abaixo de 2018 e abaixo do limite prudencial**
- **Dívida do SIAC (Caixa Único) reduzida em R\$ 5,6 bilhões em relação a 2018**

## O que explica essa transformação?

- 
- as reformas estruturais de 2019-2021;
  - o rígido controle de despesas;
  - as mudanças na Receita Estadual; e
  - a recuperação da atividade econômica doméstica somada aos efeitos de preços

# Receita Total Efetiva

As Receitas  
Correntes  
correspondem a

# 95%

da Receita Total  
Efetiva do RS

**R\$ 56,9 bilhões**  
Receita Total Efetiva no 2021

**+ R\$ 9,8 bilhões**  
Incremento vs 2020

**+20,8%**  
Crescimento nominal

Receita Total  
Efetiva em 2020:  
**R\$ 47,1 bilhões**

Recuperação econômica  
e CEEE-D & CEEE-T (+ R\$  
5,0 bilhões) explicam  
crescimento de dois  
dígitos em 2021



\* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a Receita Total soma R\$ 73,5 bilhões

# Receita Total Efetiva

| Valores em R\$ milhões  | 2021          | 2020          | Δ (R\$)      | Δ%              |
|---|---------------|---------------|--------------|-----------------|
| <b>1. RECEITAS CORRENTES</b>  | <b>53.915</b> | <b>46.021</b> | <b>7.894</b> | <b>+17,15%</b>  |
| Tributos Próprios, Líquidos dos Repasses aos Municípios e ao FUNDEB   | 36.462        | 28.990        | 7.472        | +25,77%         |
| Transferências Correntes Líquidas (FPE, FUNDEB, CIDE, IPI EXPORTAÇÃO) | 10.349        | 11.170        | -821         | -7,35%          |
| Contribuições (Servidores – IPE PREV e SAÚDE)                         | 4.588         | 4.395         | 193          | +4,39%          |
| Demais Correntes (Patrimoniais e Outras)                              | 2.516         | 1.466         | 1.050        | +71,62%         |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>   | <b>2.958</b>  | <b>1.055</b>  | <b>1.903</b> | <b>+180,38%</b> |
| <b>3. RECEITA TOTAL EFETIVA</b>                                       | <b>56.873</b> | <b>47.076</b> | <b>9.797</b> | <b>+20,81%</b>  |



**Receita Tributária Líquida\*** cresceu 25,8% (+R\$ 7,5 bi), repercutindo a atividade econômica, inflação e efeitos contábeis da privatização da CEEE-D

\* +20,4% excluídos os efeitos da privatização da CEEE-D.

- **Receita Bruta de ICMS:** R\$ 44,8 bilhões (+8 bilhões vs 2020), excluídos os efeitos contábeis da privatização da CEEE-D
- + R\$ 418 milhões na **Receita Patrimonial** vs 2020: JCP quitados por Banrisul e Corsan
- **Transferências Correntes Líquidas:** queda de 7,35% com fim, em 2020, dos repasses extraordinários da União. Efeito parcialmente compensado pela elevação de recursos do FUNDEB (+R\$ 1,2 bi) e FPE (+R\$ 561 mi)
- **Receita de Capital** quase triplicou com ingresso de R\$ 2,67 bilhões da privatização da CEEE-T

# Receita Tributária

A atividade econômica e efeitos da inflação impulsionaram a arrecadação de ICMS

Operação prévia à venda da CEEE-D gerou registro contábil extra

**R\$ 47,6 bilhões**

ICMS bruto cresceu 30,7%

**R\$ 44,8 bilhões**

ICMS bruto sem aporte CEEE cresceu 23,8%

**R\$ 3,9 bilhões**

IPVA bruto cresceu 22,2% (efeitos da arrecadação de dezembro 2021)

**R\$ 1,1 bilhão**

ITCMD cresceu 48,2% e ultrapassou R\$ 1 bilhão pela primeira vez

2020

- ICMS: R\$ 36,4 bi
- IPVA: R\$ 3,2 bi
- ITCMD: R\$ 760 mi



# Receita Corrente Líquida (RCL)

## Variação da RCL explicada por:

- Crescimento do ICMS
- Nova metodologia de apuração da RCL desde jan-2021 (+ R\$ 3,1 bi de IRRF na RCL)
- CEEE-D (+ R\$ 2,5 bi extras)

**R\$ 53,9 bilhões**  
Acumulado em 12M até dez-21

**+28,1%**  
Crescimento vs 2020

RCL em 2020:  
**R\$ 42,1 bilhões**

Alteração metodológica na apuração da RCL: IRRF incidente sobre a folha de pagamento passa a ser incluído a partir de jan-2021



RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

# Despesa Total Efetiva

## O que impactou a DTE em 2021?

- privatização da CEEE-D
- elevação nos gastos em Saúde
- quitação passivo saúde c/ Municípios
- elevação dos investimentos

**R\$ 54,6 bilhões**  
Despesa Total Efetiva no 2021

**+R\$ 6,8 bilhões**  
Crescimento vs 2020

**+14,2%**  
Crescimento vs 2020

Despesa em 2020:  
**R\$ 47,8 bilhões**

Crescimento de 7,7%  
vs 2020 (+3,7 bilhões)  
excluindo as despesas  
relacionadas à  
privatização da CEEE-D



\* incluindo recursos intraorçamentários, a Despesa Total soma R\$ 71,0 bilhões.



# Despesa Total Efetiva

| R\$ milhões                           | 2021           | 2020          | Δ (R\$)      | Δ %             |
|---------------------------------------|----------------|---------------|--------------|-----------------|
| <b>1. DESPESAS CORRENTES</b>          | <b>47.164</b>  | <b>45.110</b> | <b>2.054</b> | <b>+4,55%</b>   |
| Pessoal e Encargos                    | 31.125         | 30.487        | 638          | +2,09%          |
| Juros e Encargos da Dívida            | 2.416          | 2.574         | -158         | -6,15%          |
| ODC – Obrigatórias                    | 10.498         | 9.508         | 991          | +10,42%         |
| ODC - Contingenciável                 | 3.126          | 2.542         | 583          | +22,95%         |
| <b>2. DESPESAS DE CAPITAL</b>         | <b>7.474*</b>  | <b>2.736</b>  | <b>4.738</b> | <b>+173,17%</b> |
| <b>3. DESPESA TOTAL EFETIVA (DTE)</b> | <b>54.639*</b> | <b>47.846</b> | <b>6.792</b> | <b>+14,20%</b>  |

\* inclui os efeitos extraordinários de R\$ 3,1 bilhões por conta da privatização da CEEE-D.

- Quase metade da variação da DTE é explicada pelo efeito da **reestruturação contábil da CEEE-D** (R\$ 3,1 bi)
- **Gasto de Pessoal segue sob rígido controle: 3º ano consecutivo** de reversão do crescimento em termos reais
- **ODC (+R\$ 1,6 bi): gastos associados ao Programa Avançar e à quitação de passivos da Saúde com Municípios**
- **Expressivo aumento em Investimentos**, em especial naqueles conduzidos pelo DAER

# Despesa de Pessoal

## O que explica elevação nominal?

- Aumento de pagamentos judiciais pela RCL (+ R\$ 166 mi)
- Aumento de RAP-NP de outros Poderes e Órgãos Autônomos (+R\$ 404 mi).

Excluídos esses valores, Gastos de Pessoal apresentam estabilidade ( +0,2%)

**R\$ 31,1 bilhões**

Gastos com Despesa de Pessoal em 2021

**+R\$ 638 milhões**

vs 2020

**+2,1%**

vs 2020 (muito abaixo da inflação)

Despesa em 2020:  
**R\$ 30,5 bilhões**

Queda real das Despesas de Pessoal desde 2020 reverte a tendência histórica de crescimento



# Previdência – Fundo Financeiro

## Déficit previdenciário é financiado pelo Tesouro

- Receitas: R\$ 8,1 bilhões
- Despesas: R\$ 17,1 bilhões previdenciários e R\$ 460 milhões administrativas
- Despesas com aposentadorias e pensões estáveis vs 2020

**R\$ 9,5 bilhões**  
Déficit do Fundo Financeiro

**-R\$ 875 milhões**  
Queda vs 2020

**-8,5%**  
Queda vs 2020

- Déficit em 2020: R\$ 10,3 bilhões
- Déficit em 2019: R\$ 12,4 bilhões

(+) elevação das contribuições de servidores

(+) reflexo na contribuição patronal

(+) despesas congeladas

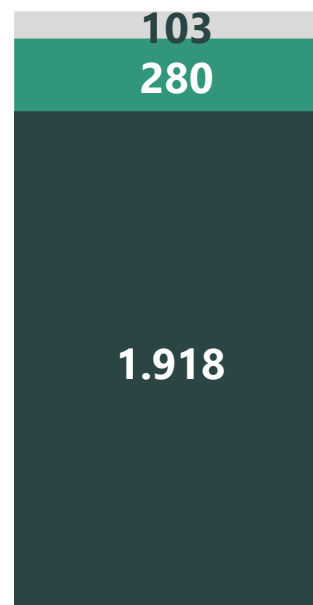
(=) redução dos aportes do Tesouro para o déficit

# Investimentos

Ajuste fiscal viabiliza a destinação de recursos para investimentos (Programa Avançar):

- +R\$ 1,4 bi vs 2020
- 83% com recursos próprios
- 4,2% da Despesa Total Efetiva (1,8% em 2020)

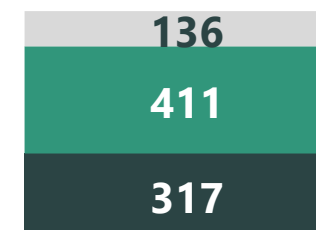
R\$ 2.301 milhões



2021

2,7x

R\$ 864 milhões



2020

- Outros Poderes e Órgãos Autônomos
- Executivo: operações de crédito, transferências obrigatórias e convênios
- Executivo: recursos próprios, tesouro livres e vinculados

# Investimentos



Projetos nas principais áreas de atuação do Governo, como transportes, educação, saúde, segurança, cultura, esporte e agropecuária:

- 42% destinado a Obras e Instalações
- Transportes foi o destaque de 2021: + R\$ 1,0 bi
- Parceria com Municípios: 18% dos recursos

| <i>R\$ milhões</i>       | 2021         | 2020       | Δ (R\$)       | Δ%           |
|--------------------------|--------------|------------|---------------|--------------|
| <b>Transporte</b>        | 1.276        | 245        | +1.031        | +421%        |
| <b>Segurança Pública</b> | 274          | 126        | +148          | +118%        |
| <b>Saúde</b>             | 217          | 51         | +167          | +330%        |
| <b>Educação</b>          | 217          | 144        | +73           | +51%         |
| <b>Agricultura</b>       | 133          | 74         | +59           | +80%         |
| <b>Demais</b>            | 183          | 225        | -42           | -19%         |
| <b>TOTAL</b>             | <b>2.301</b> | <b>864</b> | <b>+1.436</b> | <b>+166%</b> |

# Resultado Orçamentário

**Superávit de**

**Total R\$ 2,5 bilhões**

**Efetivo R\$ 2,2 bilhões**

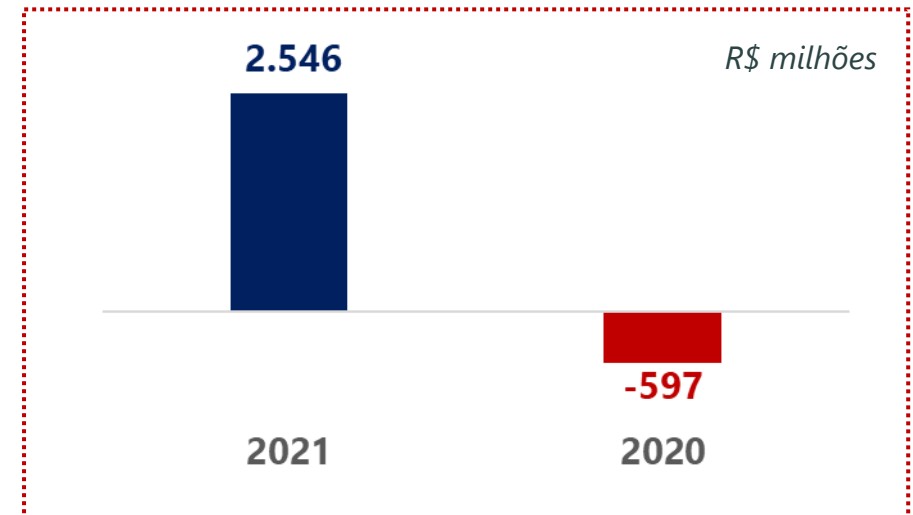


**Déficit em 2020: R\$597 milhões**

## Resultado reflete os efeitos:

- das reformas estruturais aprovadas em 2019-2021;
- das mudanças na Receita Estadual;
- do rígido controle de despesas;
- da recuperação da atividade econômica e efeito nos preços, repercutindo no ICMS

## Resultado Orçamentário





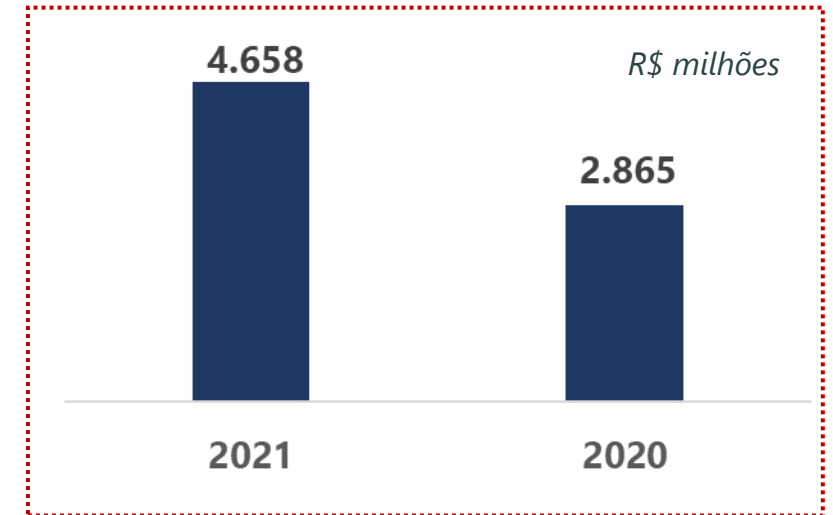
# Resultado Primário

*Superávit de*

# R\$ 4,7 bilhões



2020 registrou *superávit* de R\$ 2,9 bilhões



Receita Primária  
(-) Despesa Primária

---

**Resultado Primário**

Receita Total (-) Receitas Financeiras

Despesa Total (-) Despesas Financeiras

# Parcelas da Dívida com a União

Pagamento suspenso desde agosto de 2017, por força de liminar concedida pelo ex-ministro do STF Marco Aurélio

Saldos não pagos à União somaram R\$ 3,4 bilhões em 2021 e já acumulam R\$ 14,5 bilhões até dez-2021.



**R\$ 3,4 bilhões**

Pagamento suspenso da **Dívida com a União** no 2021



Essa despesa continua sendo empenhada. Excluindo esse montante, o *superávit* de R\$ 2,2 bilhões do Resultado Orçamentário Efetivo aumentaria para R\$ 5,6 bilhões em 2021.

# Efeitos da privatização da CEEE-D e CEEE-T

RELATÓRIO 2021

IPCA<sub>12M</sub> 10,06%

## 1. A privatização da CEEE-D exigiu o equacionamento de passivos da cia:

- quitação de parte da dívida de ICMS da CEEE-D;
- transferência para o Estado da folha de pagamento dos servidores ex-autárquicos, com o devido ressarcimento

## 2. A privatização da CEEE-T resultou em ingresso de R\$ 2,67 bi

## 3. Ambas repercutiram nos resultados fiscais de 2021

### Indicadores ajustados

| (em R\$ milhões ou em %)                        | 2021    | 2021* ajustado |
|---|---------|----------------|
| Resultado Orçamentário Total                    | 2.546   | 595            |
| Resultado Orçamentário Efetivo                  | 2.235   | 284            |
| Receita Corrente Líquida (12 meses)             | 53.878  | 51.349         |
| Aplicação em Educação (% RLIT)                  | 25,77%  | 26,93%         |
| Aplicação em Saúde (% RLIT)                     | 12,19%  | 12,74%         |
| Limite LRF Dívida (DCL/RCL)                     | 182,60% | 191,60%        |
| Limite LRF Desp. Pessoal Poder Executivo (TCE)  | 41,37%  | 43,41%         |
| Limite LRF Desp. Pessoal Todos os Poderes (TCE) | 48,72%  | 51,12%         |
| Limite LRF Desp. Pessoal Poder Executivo (STN)  | 43,26%  | 45,37%         |
| Limite LRF Desp. Pessoal Todos os Poderes (STN) | 51,10%  | 53,59%         |

\* Expurga efeitos da CEEE-D e CEEE-T

### Expurgando efeitos privatizações

Limites da LRF:

- Abaixo do limite de endividamento de 200%;
- Abaixo dos limites máximo e prudencial para a despesa com pessoal, mesmo sob o critério STN

Mesmo expurgando os efeitos extraordinários, os principais indicadores apresentam significativa melhora sobre 2020





# LIMITES DA LRF

# Despesa de Pessoal

1. Nova metodologia de apuração da Despesa de Pessoal e RCL vigente a partir de jan-21 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL):

- inclusão dos pensionistas e do IRRF no cálculo do limite de pessoal da LRF

2. RCL impactada também pela CEEE-D (+R\$ 2,5 bi)

## Poder Executivo

# 41,37%

**Abaixo do limite prudencial (46,55%).**

O percentual ficou em 42,49% em 2020

## Todos os Poderes

# 48,72%

**Abaixo do limite prudencial (57,0%).**

O percentual ficou em 49,77% em 2020



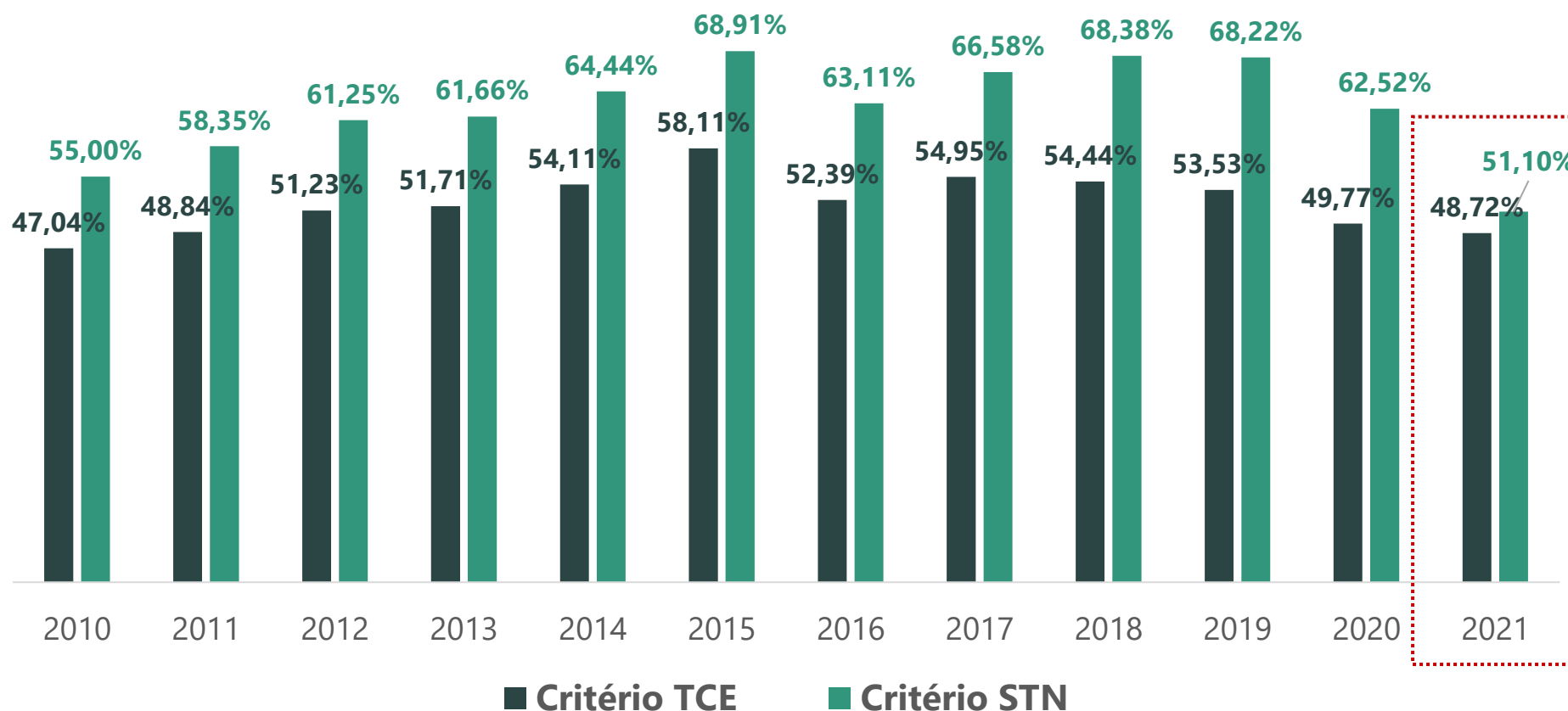
**Considerando os critérios federais, o Estado também ficou abaixo do prudencial:**

- Poder Executivo: 43,26% (prudencial de 46,55%)
- Consolidado dos Poderes: 51,10% (prudencial de 57%)

# Despesa de Pessoal

- **Consolidado Todos os Poderes** abaixo do limite prudencial de 57%, o que aconteceu pela última vez em 2010
- **Convergência para o padrão federal**

Indicador de Despesas de Pessoal LRF (% da RCL) - Consolidado Todos os Poderes (limite máximo de 60%, prudencial 57%)



**OBS:** em 2016, a venda da folha ao Bannisul aumentou muito a RCL (receita patrimonial extraordinária).

**OBS 2:** a partir de janeiro de 2021, os indicadores passaram a incluir os inativos e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109.

# Dívida consolidada líquida (DCL)

Endividamento líquido apresentou melhora, explicada pela variação da  $RCL_{ajustada}$  (+28,1%) superior à variação da Dívida Consolidada Líquida (+5,4%)

Nova metodologia da  $RCL_{ajustada}$  impacta o indicador de endividamento (DCL/ $RCL_{ajustada}$ )

RCL impactada também pela CEEE-D (+R\$ 2,5 bi)

**182,60%**

-39,2 p.p. vs 2020

**221,81%**  
em 2020

**191,60%**

Sem o efeito da privatização da CEEE-D

**203,79%**

Critério STN e sem o efeito da privatização da CEEE-D



Desde a criação da LRF (2000), é a 1ª vez que o indicador fica abaixo de 200% ao final de um exercício

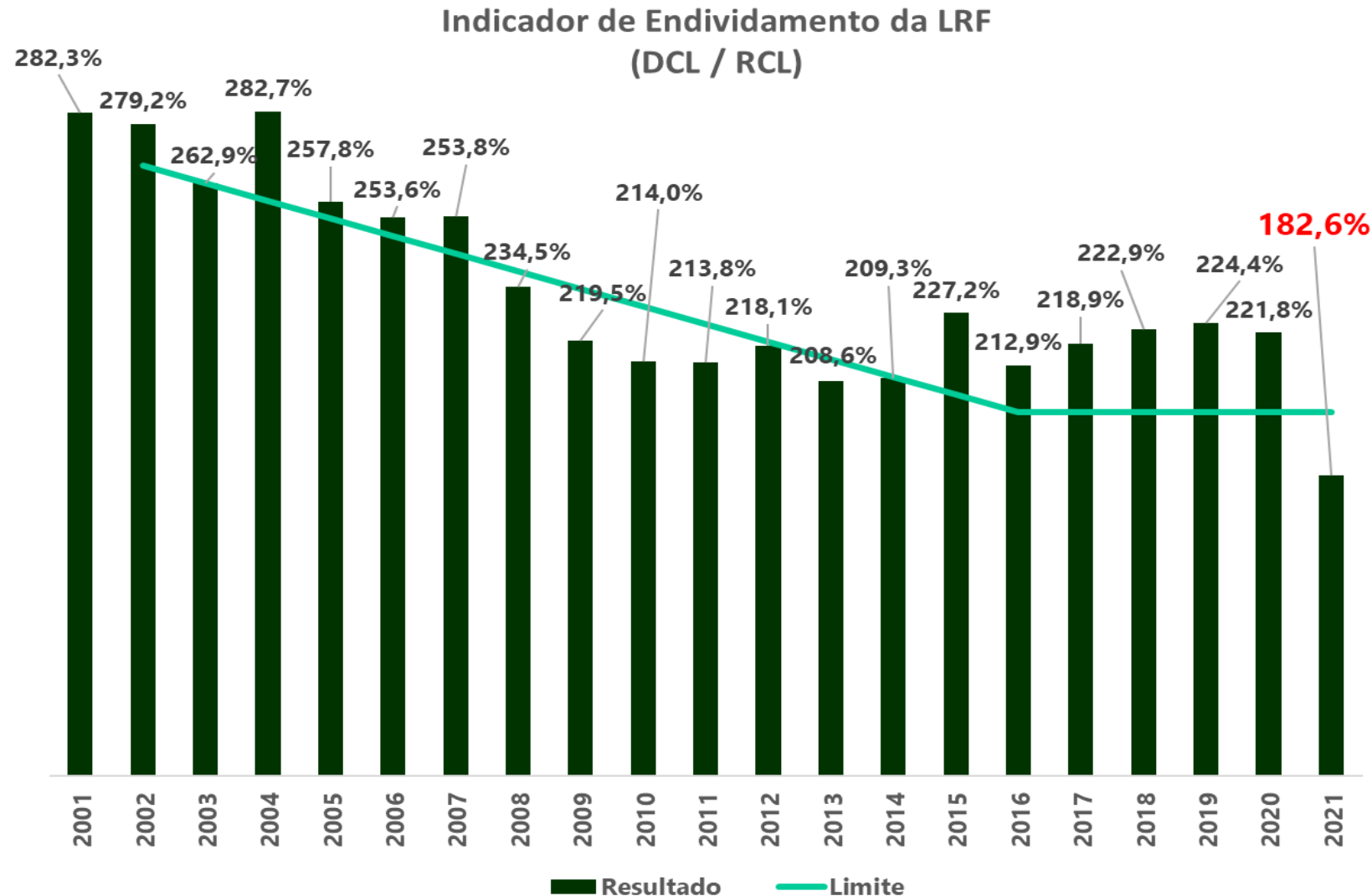


# Dívida consolidada líquida (DCL)

IPCA<sub>12M</sub> 10,06%

Pela primeira vez desde a edição da LRF, o Estado registra indicador abaixo de 200% ao fim do exercício (182,60%)

- Padrão TCE: 182,60%
- Sem efeito CEEE-D: 191,60%
- Sem efeito CEEE-D & padrão STN: 203,79%







# PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS



# Dívida Consolidada Líquida

Estoque cresceu  
5,4% vs 2020

- R\$ 3,4 bi parcelas não-pagas pela liminar STF
- Saldo da dívida com União já incorpora resolução da LC 156 em dez-2021
- Depreciação do Real vs USD afeta dívidas externas

## União

# R\$ 73,7 Bi

Pagamentos estão suspensos desde ago-2017

## Bancos Federais

# R\$ 1,3 Bi

BB, BNDES e CEF

## Organismos Externos

# R\$ 10,9 Bi

BID e Banco Mundial



# Outros Passivos

Paralelamente à melhoria dos pagamentos, o Tesouro vem reduzindo os saldos de passivos usados como financiamentos precários dos déficits no passado.

- **RESTOS A PAGAR:** R\$ 3,5 bilhões quitados em 2021, incluindo Salários (13º salário de 2020) e Investimentos e Outras Despesas. Valores em queda dada maior pontualidade na quitação do fluxo de pagamento. Quitação em dia do 13º salário de 2021 pelo Poder Executivo, o que não ocorria desde 2015, contribuiu bastante na diminuição do estoque em Despesas de Pessoal ao final de 2021.
- **PRECATÓRIOS:** Apesar da alta do IPCA em 2021, o estoque de precatórios apresentou redução de R\$ 116 milhões em relação à 2020. Estoque de R\$ 15,2 bi é o menor dos últimos 4 anos.
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** sem novos saques, saldo em aberto permanece estável. Recursos não sacados próximos a 16% do estoque.
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO\*:** R\$ 3,8 bilhões abaixo de 2020. Passivo de R\$ 2,7 bilhões, o que representa **queda de R\$ 5,6 bilhões sobre a dívida de R\$ 8,26 bilhões em dezembro de 2018**

*\*excluindo depósitos judiciais*



**Obrigado!**